A equipe presidencial

Ives Gandra da Silva Martins

Começa-se a desfazer a imagem do candidato populista, que nele me fez votar por exclusão e não por convicção no 2º turno, para ceder lugar à figura de um vigoroso homem público, que possui a semente para se transformar em verdadeiro estadista, se ao seu discurso atual seguir a ação pertinente.

É desta forma que vejo o presidente Collor. Apaga os incêndios da campanha, com habilidade. Aproxima-se de homens que atacou com virulência, como Sarney ou meu candidato à Presidência, Guilherme Afif (nunca Lula, a quem, em lapso de informação ou deliberada tática de debate, o presidente atribuiu minha preferência), criando condições para fechar um amplo acordo nacional com as forças majoritárias do Centro, neste país.

A própria escolha dos ministros demonstra sua especial maneira de ser. Ao lado de nomes universais — e que seriam colaboradores em qualquer Governo de bom senso — como Ozires Silva ou Lutzenberger, escolhe outros nomes respeitáveis para assessorá-lo, como o advogado Bernardo Cabral, invejável articulador, ou o sóbrio diplomata Marcos Coimbra ou ainda o combativo professor Carlos Chiarelli. Outro dia, jantando com o ministro Roberto Rosas, lembrávamos a notável capacidade que Bernardo tem de não criar inimigos. Seus próprios adversários são seus amigos. Henry Maksoud, por exemplo, que fez severíssimas restrições à Constituição que relatou, faz ao relator rasgados elogios.

A escolha de Magri é uma escolha de recompensa à lealdade e aos resultados, que, como líder sindical, sempre conseguiu. A inovação na matéria não é leviana, posto que espera do eficiente sindicalista no Ministério a mesma eficiência que este demonstrou no trato das questões sindicais. E, conhecendo Magri, sei que obterá.

A ministra da Economia foi outra demonstração de que é ele o comandante, não aceitando imposições dos que o apoiaram. Sempre entendi — e talvez nisto resida a minha absoluta falta de vocação política — que o político deve ser antes de mais nada um patriota e que aquele que pretenda fazer política ou apoiar políticos deve fazê-lo por amor à pátria, com a clara visão de que os cargos são antes de mais nada encargos.

Lembro-me, em 1988, logo após a aprovação da nova Constituição, ocasião em que proferi conferência, em Congresso sobre Direito Constitucional na Faculdade de Direito da PUC em Curitiba, à mesa presentes os eminentes ministros José Carlos Moreira Alves e Sebastião Reis, como os mais de 500 estudantes presentes no grande auditório, se comoveram quando lhes falei do papel que os brasileiros deveriam desempenhar na construção da Pátria. E quando lhes falei que todos deveriam se convencer de que a nação só seria grande se, a par da busca do sucesso pessoal, buscassem devotadamente servi-la, sem ambições de posições, mas como os verdadeiros senhores serviam aos reis, pela honra de servi-los. Deveriam servir sem buscar recompensa, independente das boas ou más leis e dos bons ou maus governos. Só assim o país poderia sair da crise e se transformar na grande potência que todos desejavam. Lem-

bro-me que ao final o auditório em pé, alguns estudantes chorando, aplaudiam — não o orador medíocre que lhes falava —, mas a grandiosa idéia que é servir a Pátria, por amor à Pátria, sem outro galardão que não o de servir.

Ora, o que o presidente Collor começa a demonstrar é que aqueles que o apoiaram — e que não estão influenciando em suas decisões — fizeram-no por amor à Pátria e pela certeza de que investiram no futuro da nação, ao investir em um governo com ideais maiúsculos.

A escolha da ministra Zélia, que não conheço pessoalmente nem por obras, mas apenas por referências de colegas meus, parece estar nesta linha de independência e coerência. Independência, por não ter aceito qualquer pressão maior e seguir a trilha que se propôs desde o início. Coerência, porque seria ilógico ter preparado um plano de governo durante meses e não entregar sua execução àqueles que o prepararam.

Sem conhecer a ministra, como de resto não conheço o presidente, o que me dá maior autoridade para escrever o que escrevo, pois não levado por laços de amizade ou ambição de qualquer espécie (tenho aversão à política), as informações de que disponho é de que é uma correta profissional de História, com notável capacidade de reduzir as grandes teorias ao essencial, descodificando o "economês" para qualquer leigo, com especial habilidade. É, aliás, esta a maior virtude de um bom professor de História Econômica, capaz de reduzir os monótonos livros dos grandes economistas a compreensíveis apostilas para que seus alunos as entendam. Ora, se o presidente Collor já declarou que será ele o ministro da Economia, ninguém melhor do que a professora Zélia, segundo as informações que obtive de meus colegas da Academia Internacional de Direito e Economia, capaz de tirar de todas as teorias o essencial e de transformar o essencial em uma linguagem inteligível para que o presidente decida o rumo a tomar.

Ainda aqui, portanto, a inovação parece ser positiva, razão pela qual recebeu a indicação os elogios dos mais variados setores da opinião pública.

Vejo, pois, o futuro governo com muito otimismo, sem desconhecer a gravidade da situação e ter a certeza de que o ano de 1990 será recessivo e difícil para toda a nação brasileira. Quando se pretende, todavia, extirpar um tumor do organismo, mister se faz passar pelos incômodos da cirurgia. O importante é ter uma equipe de médicos competentes e — não fugindo ao hábito do jurista, que o professor Carlos Chiarelli, outra boa escolha, não desconhece — parece-me, salvo melhor juízo, que a equipe escolhida merece confiança. Que a esperança da sociedade em dias melhores, por fim, se realize, principalmente se o governo a ser empossado for um intransigente escravo da Constituição, que tem a obrigação de respeitar para se tornar respeitado.

Ives Gandra da Silva Martins é professor titular de Direito Econômico e de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie e presidente do Conselho Superior de Estudos Jurídicos da Federação do Comércio do Estado de S. Paulo.